

Eleições no CRP.

JORNAL CRP-06

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA — 6ª Região Nº 61 — Ano 9 — Julho-Agosto 1989

CONSELHOS E SINDICATOS: POR QUE EXISTEM DUAS ENTIDADES?



Neide Sierra Yoshikawa

Foram reunidos seis representantes (e um mediador) para um debate sobre o caráter político dessas entidades e sua importância para a categoria.



Alberto Marques/Agência Estado

**O narcisismo e suas
articulações com as pulsões
de morte, em um texto de
Carlos R. Aricó.**

Dois fatos recentes estão apontando para mudanças estruturais na política de Saúde Mental: a criação do Conselho Municipal de Saúde, em São Paulo; uma intervenção na Casa de Saúde Anchieta, o único hospital psiquiátrico da região, em Santos.

A saúde mental no jogo dos poderes

Em 3 de maio último, Telma de Souza, Prefeita da Cidade de Santos, decretou a intervenção da Casa de Saúde Anchieta, único Hospital psiquiátrico da Baixada Santista, onde ocorreram, neste ano, três mortes de pacientes internados; 565 pacientes estão distribuídos em 280 leitos; existem doze celas fortes; os pacientes, atendidos em prontuários, têm medo de serem enviados à Casa Anchieta. Estes fatos somados motivaram o ato de coragem da Prefeita que nomeou como interventores os psiquiatras Roberto Tykanori Kinoshita, William Valentini Júnior, Domingos Antonio Stamato e o psicólogo Antonio Lancetti.

A intervenção foi precedida de uma visita da prefeita, do Secretário Municipal de Higiene e Saúde (David Capistrano Filho), vários representantes de entidades sindicais, do Plenário de Trabalhadores em Saúde Mental de São Paulo, da OAB, da Comissão Teotônio Vilela, dos Conselhos Comunitários de Saúde e do Instituto da Previdência.

Durante a semana de intervenção, o trabalho foi apoiado pela Associação de Psicólogos de Santos e pela Delegacia Regional do CRP-06 em Santos, as quais consideram a Casa Anchieta uma velha questão pendente. Também a coletividade se solidarizou com os pacientes, enviando carne, frutas, roupas, escovas de dentes, cobertores etc.

Desde o primeiro dia da intervenção, médicos clínicos da Secretaria Municipal de Higiene e Saúde trataram pacientes com sarna (!), com infecções intestinais (!) e outras doenças. Alguns foram encaminhados para hospitais gerais, pois no local não existe nenhum tipo de equipamento hospitalar. Foram arrancadas as portas das celas fortes e proibida a ele-

troconvulsoterapia. Em grupos, os pacientes começaram a criar situações de cooperação mútua. Os rostos deles se avivaram.

Antes da intervenção, na maioria das vezes, os pacientes eram internados pelo simples fato de portarem uma guia de internação, sem sequer um profissional de Saúde Mental ouvi-los ou observá-los. Mais ainda, nos prontuários só se liam números de CID ou impressões vagas como, por exemplo, "agitado", "agressivo", etc. Os "dispositivos terapêuticos" eram: medicação padronizada, eletrochoques punitivos, castigos corporais, isolamento em quartos escuros por até 40 dias e uma rotina entediante. Agora, psicólogos e assistentes sociais começaram a reconstruir as histórias desses homens e mulheres.

Antes da intervenção, uma comissão de técnicos havia criado uma cooperativa de moradia (fora do Hospital) para 33 homens chamados de "laborerápicos". Estes "pacientes", uma espécie *sui generis* de escravos, realizavam faxinas e outros trabalhos. Como pagamento recebiam um maço de cigarro e um lanche, sendo que o Hospital recebe do SUDS uma diária de Cz\$ 12,00 por cada paciente.

Com a intervenção, foram liberadas as visitas para todos os dias da semana (antes só eram permitidas aos domingos e às quintas-feiras, das 14 às 15 horas). Pela primeira vez, os familiares puderam entrar nos dormitórios e se comunicar diretamente com seus parentes. Foram feitas assembleias terapêuticas com os familiares e com os internos. Iniciou-se a organização de um ambulatório para melhorar as condições de entrada e saída dos pacientes e de seus familiares. Em termos da equipe técnica, foi aumentado, significativamente, o quadro, antes

composto por 5 médicos e 1 psicóloga que trabalhava durante meio período.

Estas mudanças marcaram a semana de intervenções. Poderíamos dizer diante destas mudanças que a perda de lucro para a iniciativa privada corresponde a investimento em Saúde para o poder público. E esta é uma experiência sensível de concretização de projetos políticos de uma determinada gestão do poder executivo, no caso, o da Prefeitura de Santos, representada pela Prefeita (PT) Telma de Souza. Esta orientou-se por uma concepção de atendimento à saúde que diferiu daquela tradicionalmente exercida por representantes de grupos bem definidos do poder econômico privado.

Em 10 de maio, surgiu uma novidade: o juiz Ricardo de Almeida Dias concedeu uma liminar à empresa médica e a intervenção foi suspensa. Lembre-se de que um dos diretores da Casa Anchieta é o dr. Edmundo Maia, médico psiquiatra responsável pela internação involuntária da Deputada Constituinte (naquela época), Tutu Quadros.

Este fato denuncia a interferência do poder judiciário, soberano então, em relação ao executivo. Uma medida que desconsiderou a realidade das mudanças que beneficiaram, indiscutivelmente, as pessoas que se expõem ao atendimento hospitalar em saúde mental.

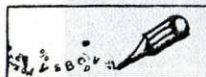
Em 16 de maio, o Presidente do Tribunal de Justiça, Nereu César de Moraes, suspendeu a liminar concedida à empresa médica, com base no artigo 23 da Constituição brasileira, considerando ser uma situação de risco o tratamento oferecido aos internos pela administração anterior.

De maneira geral, esta intervenção na

Casa Anchieta teve efeitos evidentes, internamente, já na primeira semana e deverão continuar com a volta da intervenção. Externamente, mobilizou a opinião pública que passou a tomar conhecimento do que se passou e se passa dentro do Hospital, seja através de visitas pessoais ou dos meios de comunicação de massa.

Esta intervenção ganha espaço no **Jornal do CRP-06**, porque vem de encontro a ações e políticas de saúde e de educação que são convergentes com a Plataforma da Gestão Palavra Aberta II. Sempre criticamos o atendimento reclusivo e punitivo dos hospitais psiquiátricos e, quando surge uma iniciativa contrária a estes, devemos apoiá-la publicamente. Ainda nesta edição, trazemos uma matéria sobre a recente criação do Conselho Municipal de Saúde pela Prefeitura de São Paulo. Já na edição anterior, tínhamos abordado o projeto de educação da Secretaria Municipal de São Paulo, através de entrevista com o Secretário Paulo Freire. Como se vê, nestas duas últimas edições, temos dado cobertura jornalística às ações de saúde e de educação das Prefeituras, como as de São Paulo e de Santos, o que não havíamos feito anteriormente com nenhuma outra Prefeitura ou Governo do Estado.

A adesão do CRP-06 é independente de estas Prefeituras estarem vinculadas a um partido político (no caso, o PT), mas depende de elas apresentarem e executarem mudanças de caráter estrutural no sistema vigente e na qualidade de atendimento público. Como as Prefeituras de São Paulo e de Santos estão assumindo ações e políticas que sempre exigimos dos poderes públicos, isso leva-nos a abrir espaço editorial para estas administrações.



Curtas

Saúde e Constituinte estadual

O CRP-06 está apoiando a proposta de emenda popular ao Projeto de Constituição do Estado de São Paulo, a respeito do Capítulo da Saúde. A emenda — patrocinada por 16 entidades representativas — defende, em síntese, a construção de um sistema único de saúde, que seja público, de boa qualidade e atenda os interesses da maioria da população paulista.

Dos dispositivos previstos no documento, se destaca o parágrafo IV do artigo 3º, onde se propõe: "participação paritária, em nível de decisão, de entida-

des representativas e movimentos organizados de usuários, entidades representativas de trabalhadores de saúde e prestadores de serviços, na formulação, gestão e controle das políticas e ações de saúde em nível estadual, regional e municipal".

Exclusão do CRP. 06

O grupo de Conselheiros reunidos em plenária no dia 22 de maio último decidiram a exclusão de Luiz Alberto de Oliveira (CRP-06 nº 26094-2) do quadro de profissionais inscritos deste Conselho, porque o mesmo obteve deferimento de

seu registro (em 29.10.89) mediante a apresentação de documentos falsificados que, na época, foram considerados como legítimos.

Exoneração de Delegado

Os Conselheiros do CRP-06, reunidos em plenária no dia 22 de abril último, decidiram exonerar Osmar Lopes Zeballos do cargo de Delegado Adjunto da Delegacia Regional de Campo Grande. Depois de realizadas as eleições no Conselho, a próxima Gestão deverá nomear um novo Delegado Adjunto para a referida região.



Agenda

14 a 16 de abril — A Conselheira, Frida Zolty, esteve em Brasília participando da reunião das Comissões de Ética do Conselho Federal de Psicologia e Conselhos Regionais de Psicologia de todo o País.

24/abril — A Conselheira-presidenta, Marlene Guirado, esteve na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, participando do III Encontro Nacional Para Reavaliação do Mercado de Trabalho e do Currículo de Psicologia.

20/maio — A Conselheira-presidenta, Marlene Guirado, e a Conselheira-tesoureira, Nanci Bühner, participaram, em Brasília, do Conselho Consultivo do Conselho Federal de Psicologia.

20/maio — A Coordenadora Técnica, Sueli Duarte Pacifico, participou da reunião das Câmaras de Saúde, Educação e Trabalho no Conselho Federal de Psicologia, em Brasília.

EXPEDIENTE

Conselho Regional de Psicologia — 6ª Região

Conselheiros: Aicil Franco, Antonio Carlos Simoniam dos Santos, Benedito Adalberto Boletta de Oliveira, Bronia Liebesny, Carlos Afonso Marcondes de Medeiros, Carlos Rodrigues Ladeia, Frida Zolty, Maralúcia Arenque Ambrósio, Marlene Guirado, Nanci Bühner, Oscar Armani Filho, Regina Heloisa Maciel, Sonia Regina Jubelini, Yara Sayão.

Sede — São Paulo: Rua Borges Lagoa, nº 74, CEP 04038, telefone (011) 549-9799.

Delegacias — ABC (Marlene Bueno Zola): Rua Luis Pinto Flaquer, 519, 6º andar, sala 61, fone 444-4000, Santo André. Assis (Eliza-

beth Gelli Yaslle): Rua Angelo Bertoncini, 545, fone (0183) 22-6224. Bauru (Marly Biggetti Godoy): Rua Batista de Carvalho, 4-33, 2º andar, salas 205/206, fone (0142) 22-3384. Campinas (Hélio José Guilhardi): Rua Barão de Jaguará, 1481, 17º andar, sala 172, fone (0192) 32-5397. Campo Grande (Irma Macca-rio): Rua Dom Aquino, 1354, sala 97, fone (067) 382-4801. Cuiabá (Marisa Raduenz): Av. Tenente Coronel Duarte, 549, sala 302, fone (065) 322-6902. Lorena (Maria da Glória Soares): Rua N. S. da Piedade, 185, sala 9, fone (0125) 52-1644. Ribeirão Preto (Vladimir Marchetto Leite): Rua Cerqueira César, 481, 33º andar, fone (016) 636-9021. Santos (Dagmar Menichetti): Rua Paraiba, 84,

fone(0132) 39-1987. São José do Rio Preto (Maria Alice T. Fachini): Rua 15 de Novembro, 3.171, 9º andar, sala 91, fone (0172) 21-2883.

JORNAL DO CRP-06

Jornal do CRP-06 é o órgão de orientação do exercício profissional publicado bimestralmente pelo Conselho Regional de Psicologia — 6ª Região.

Comissão de Divulgação e Contato: Marlene Guirado, Maralúcia Arenque Ambrósio. Assessor da Comissão: Roberto Yutaka Saggawa. Jornalista responsável: Sueli A. Zola (MTb 14.824)

Diagramação: Ribamar de Castro. Revisão: Maria Aparecida F. M. Bussolotti. Ilustrações: Rui Montenegro. Redação: Rua Borges Lagoa, 74, CEP 04038, telefone (011) 549-9799, São Paulo. Composição, fotolito e impressão: Companhia Editora Jorúes, fone 815-4999. Tiragem: 29.000 exemplares.

As colaborações enviadas ao **Jornal do CRP-06** poderão ser publicadas integral ou parcialmente. Em ambos os casos, a fonte de informações será referida conforme os originais enviados, os quais poderão sofrer ou não alterações consideradas necessárias, de acordo com critérios editoriais.

Criado o Conselho Municipal de Saúde

A Prefeita Luiza Erundina empossou, no dia 3 de maio último, o Conselho Municipal de Saúde que tem o objetivo de discutir e deliberar sobre as políticas relativas à higiene e saúde da cidade de São Paulo, constituindo-se a partir da representação de diversos segmentos da sociedade, interessados nessa questão.

Atualmente o Conselho Municipal reúne mais de 100 entidades inscritas (inclusive o CRP-06) e está organizado em três instâncias: a plenária, o conselho "propriamente dito" e a secretaria Executiva. No nível da plenária a participação é a mais ampla possível. Todas as entidades ou Movimentos cadastrados comparecem às reuniões previstas, onde se debatem os programas propostos pela Secretaria para solucionar os problemas de saúde do município.

Em relação ao conselho ("propriamente dito") e à secretaria executiva suas composições são tripartites, formadas assim: a primeira parte, por representantes de trabalhadores de saúde e prestadores de serviços privados; a segunda parte, por representantes dos usuários; e a terceira, por representantes dos setores estatais. A função de ambas as instâncias (por serem organismos menores) deverá ser a de agilizar e operacionalizar o desenvolvimento das ações decididas pelo Conselho Municipal como um todo.

Tendo por base as necessidades apresentadas pela realidade do atendimento na rede municipal e também as reivindicações levantadas pelos movimentos organizados, a Secretaria Municipal da Saúde estabeleceu as seguintes prioridades, ora em processo de discussão no âmbito do Conselho: Saúde Mental, Saúde do Trabalhador, da Mulher, do Escolar, Bucal e AIDS.

Em relação à saúde mental encon-



tra-se em fase de implantação um Programa que tem por pressuposto básico a política antimanicomial. Para instaurar tal diretriz, a Secretaria além de propor alterações nos tipos de tratamentos praticados nos Postos de Atendimento Médico e Hospitais, preocupa-se em reeducar a população, no sentido de estimular a formação de uma visão crítica acerca das discriminações sobre a doença mental.

Algumas medidas concretas já foram tomadas nesta direção. Em 18 de maio de 89, o Secretário Eduardo Jorge Alves Sobrinho publicou Portaria no Diário Oficial proibindo tanto a existência e utilização de celas fortes nas dependências das unidades de saúde (psiquiátrica ou não), quanto o uso de camisas-de-força em pacientes de qualquer tipo.

Além disso, a Secretaria Municipal da Saúde distribuiu, no mesmo dia 18, carta aberta à população,

onde manifesta "total apoio à luta antimanicomial" e denunciou a exclusão e violência institucional praticadas contra aqueles considerados "doentes mentais". Como forma alternativa de tratamento, os termos da carta propõem: criação de Lares Protegidos para abrigarem pacientes que estiveram internados há anos, e, por isso, perderam a família; instalação de Hospitais-Dia, bem como Centros de Convivência e Cooperativas para atender aos pacientes necessitados sem, contudo, interná-los.

As medidas — inéditas na história das administrações municipais do País — devem causar, sem dúvida, bastante polêmica sobretudo no que se refere à proibição do uso de camisas-de-força e celas fortes, que servem como meios de "segurança" para os profissionais que trabalham com os doentes mentais em situações de fortes crises. Apesar do impacto inicial, as novas ações têm a

importância de propiciar a rediscussão em busca de métodos alternativos de atendimento às urgências psiquiátricas.

Na mesma linha de instituir mudanças, em princípio, controversas, a Prefeitura de São Paulo efetivou, recentemente, a transferência do Departamento da Saúde Escolar — antes alocado na Secretaria da Educação — para a Secretaria da Saúde. Os profissionais atuantes na área têm posições divergentes nessa questão.

Maria Luiza Scrosoppi Persicano, Psicóloga do DSE, por exemplo, questiona se a transferência do Departamento não implicará igualmente uma mudança de objeto de trabalho. Ela afirma que os psicólogos da Saúde Escolar vinham desenvolvendo uma abordagem centrada nas relações entre criança-família-escola; agora, com o serviço alocado na saúde, não se têm mais garantias de se preservar a especificidade dessa atuação.

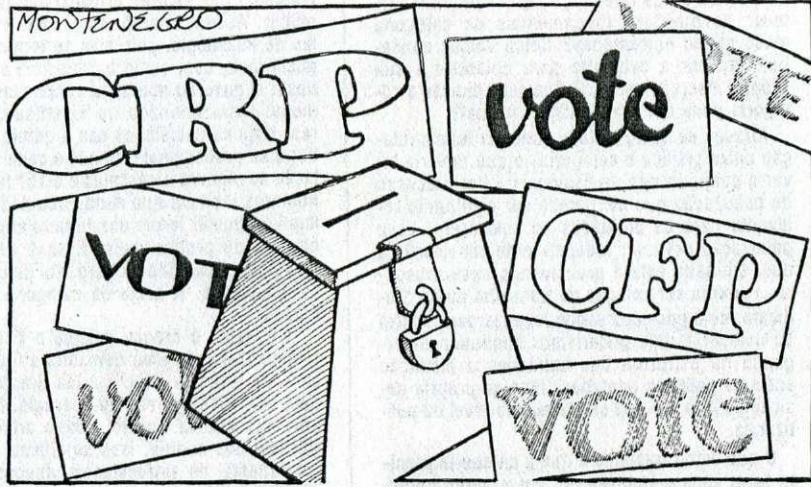
Antonio Lancetti, Psicólogo Supervisor de Equipes de Saúde Mental, por sua vez considera a modificação positiva. Na sua opinião, a presença dos psicólogos na Educação não se justifica, pois tal atividade resulta na psicologização do espaço escolar. A classificação (através de diagnósticos) de crianças "problemáticas" em classes especiais serve muito mais como resolução das dificuldades dos professores e da instituição, do que dos alunos mesmos. Ademais, esse serviço dentro da Educação fica com uma natureza supletiva (filantrópica), na medida em que busca suprir carências pela falta de afeto, alimentação etc., que caracterizam a nossa população escolar. Por outro lado, passando para a Saúde, o DSE muda tal concepção. A criança deixa de ser o "carente" para ser o usuário que paga e precisa usar o serviço público.

Informe-se sobre as eleições no CRP.

No mês de março último, o CRP-06 nomeou uma Comissão Eleitoral que deu início aos preparativos do pleito no qual serão eleitos os 30 Conselheiros da próxima Gestão da entidade. Essa renovação de mandato ocorre regularmente a cada três anos, mas nestas eleições há uma novidade: os psicólogos escolherão também, através do voto direto, os membros do Conselho Federal de Psicologia para o mesmo triênio de 89 a 92.

De acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento Eleitoral em vigor, as eleições foram marcadas para o dia 28 de agosto próximo. É importante lembrar — sobretudo os novos inscritos — que são considerados eleitores os profissionais com inscrição principal no CRP-06 e que estejam quites com a tesouraria em relação aos débitos dos exercícios anteriores até 1988, inclusive. O voto é obrigatório, secreto, pessoal e intransferível. Se o eleitor deixar de votar, incorrerá em multa no valor de 1 MVR (conforme os termos da Lei 5766 de 20 de dezembro de 1971), a não ser que apresente justificativa por escrito, dentro do prazo máximo de 90 dias, após a data do pleito.

A Comissão Eleitoral já definiu a zona eleitoral que será a Capital do Estado de São Paulo. Os inscritos domiciliados nesse município votarão obrigatoriamente



mente por comparecimento pessoal. E os eleitores domiciliados em locais não pertencentes à referida zona eleitoral votarão exclusivamente por correspondência. O CRP-06 enviará a cédula e demais documentos aos inscritos que terão prazo até 14 de agosto de 89 para a postagem do voto no correio.

Para discriminar quem vota pessoalmente e quem vota por correspondência

estão sendo considerados os endereços que o Conselho tem no seu cadastro atualmente. Portanto, se os colegas quiserem fazer qualquer alteração de endereço com vistas ao processo eleitoral, deverão providenciá-la até 30 de junho. Os pedidos de mudança feitos após essa data limite não serão considerados na confecção das listas de votação.

Por outro lado, os psicólogos que ti-

verem interesse em disputar as eleições para a próxima Gestão do CRP-06 ou para o novo mandato do CFP, deverão preencher os requisitos: ser cidadão brasileiro, encontrar-se em pleno gozo dos seus direitos profissionais; ter inscrição principal no CRP há mais de dois anos; não ter sofrido condenação e pena superior a dois anos, em virtude de sentença transitada em julgado, salvo reabilitação legal; não ter recebido penalidade por infração ao Código de Ética, transitada em julgado há menos de nove anos; estar quite com a tesouraria do CRP, relativamente aos anos anteriores.

E ainda, são impedimentos para a candidatura as seguintes condições: ocupar cargo ou exercer função, emprego ou qualquer atividade remunerada em Conselho de Psicologia; ter perdido mandato eletivo em Conselho de Psicologia, excluído casos de renúncia; ser membro efetivo ou suplente do CFP; integrar a Comissão Eleitoral. Assim, os interessados que corresponderem às exigências deverão compor chapas (constituída por trinta nomes para membros efetivos e suplentes da Gestão do Regional ou por quatro nomes para membros efetivos e suplentes do mandato no Federal) e inscrevê-las junto ao CRP-06 até 14 de julho de 89.

Conselhos e Sindicatos



Neide Sierra Yoshikawa

Ricardo F. Moretzsohn, Luiz Humberto Sivieri, Yvonne A. G. Khouri

YVONNE GONÇALVES KHOURI

Vou fazer uma breve descrição da história da nossa participação nas últimas Gestões dos Conselhos e dos Sindicatos. Quando estávamos fora do CRP, antes de 1979, começamos a sentir o problema do autoritarismo e da desvinculação das entidades representativas em relação à categoria. Não podíamos contar com o Conselho e nem com o Sindicato para enfrentar qualquer problema da categoria.

Vou recordar uma experiência bastante ilustrativa. Era psicóloga da Prefeitura de São Paulo e estava havendo uma reavaliação de cargos. O psicólogo estava sendo classificado no nível mais baixo. Aí resolvi me valer das entidades para ver se elas conseguiriam falar com o Prefeito. Tanto o CRP quanto o Sindicato dos Psicólogos não assumiram qualquer iniciativa de intervenção. Por isso, tivemos que nos organizar como um grupo na Prefeitura, para agir com as nossas próprias iniciativas. Esse é um exemplo bem concreto de como as entidades estavam afastadas e desinteressadas dos problemas da categoria.

Diante deste quadro, diversos psicólogos resolveram organizar um Fórum Permanente de discussão das nossas entidades no auditório do Sedes Sapientiae, em São Paulo, durante 1978-79. Foi um movimento muito interessante porque o auditório estava sempre cheio de colegas para discutir as mudanças que deveriam acontecer nas entidades para, atender as necessidades da categoria. Aí conseguimos uma organização bem razoável e dali saíram duas chapas que concorreram às eleições. Primeiro foi no Sindicato, em 1979, e a nossa chapa de oposição ganhou. No ano seguinte, foi a vez do Conselho e concorreram duas chapas: uma do grupo conservador que já estava na entidade e a nossa chapa de oposição que também venceu.

Eu era um dos membros desta chapa do CRP. Quando assumimos, fizemos um trabalho no sentido de democratização das relações do Conselho com a categoria, em todos os níveis. As Comissões todas se organizaram no sentido de contar com a participação dos psicólogos. Terminamos essa Gestão e houve a segunda Gestão mais democrática, a Palavra Aberta I, até chegar à atual Gestão, Palavra Aberta II. Nestas Gestões, foi havendo um aperfeiçoamento no sentido de o Conselho tornar-se mais democrático.

Durante este tempo, houve uma resposta inicial mais efetiva, depois diminuiu. Esperávamos que houvesse uma resposta da categoria muito maior e que as nossas convocações teriam uma resposta ainda mais efetiva. Isso me espanta

realmente porque é uma resposta pequena justamente no momento em que fizemos um esforço no sentido de caminhar em direção à categoria e seus problemas.

MARCOS RIBEIRO FERREIRA

Quando fazemos uma discussão em termos de qual é o caráter político dos Conselhos e dos Sindicatos, a rigor estamos trazendo um tipo de questão que tem sido tradicionalmente presente nas nossas entidades. Já existe um acordo entre a maioria de nós que qualquer iniciativa de qualquer entidade apresenta um caráter político e possui uma política implícita ou explicitamente. Resta saber que posições políticas estão avançando ou estão se tornando hegemônicas nas entidades.

Se entendermos que se trata de posições políticas, isso nos permite vislumbrar uma possibilidade muito mais concreta e produtiva no sentido de construir contribuições relevantes para a categoria. Porque aí a pergunta inicial deste debate pode ser modificada e traduzida em termos de política e sua relevância, nos seguintes termos: As questões fundamentais da categoria estão sendo enfrentadas? Como vamos conseguir chamar a categoria para entender a sua própria inserção política? Que contribuição a categoria pode dar para a vida nacional?

Através destas questões pode ser feita a relação entre política e categoria, o que deveria levar o conjunto dos profissionais a um processo de politização que me parece ser algo muito relevante para as entidades se colocarem. Essa politização deve ser independente em relação a qual entidade estará promovendo esse processo. Poderão ser colegas do Conselho ou do Sindicato, com posições sendo levadas para dentro da categoria. Não poderíamos continuar enxergando na estrutura das entidades a distinção entre as políticas adotadas, mas na própria posição política e o que se planeja ao nível da politização.

O que estou trazendo é que a categoria precisa fazer uma discussão no seu próprio âmbito (não como um todo, porque sempre teremos setores diferenciados), mas que a discussão possa se expandir e se tornar hegemônica num dado momento e possa estabelecer algum tipo de projeto para a categoria. Esse projeto de atuação pode parecer algo sofisticado, complicado, mas mesmo que fosse rudimentar, nortearia diversas questões que não temos enfrentado hoje. Poderia estar nortear inclusive diversas entidades que atuam, hoje, dentro da categoria dos psicólogos.

A minha preocupação central é que os psicólogos não temos conseguido ter espaços no sentido de discutir a possibilidade de um projeto. Não sei se nós conseguiríamos elaborá-lo, porque quando nos reunimos para discutir, frequentemente, as oposições que se colocam são entre as entidades e não entre os possíveis problemas que deveríamos enfrentar. Acho que, nesse debate inclusive, corremos o risco de estar fazendo isso. Esse debate pode conseguir avançar no sentido de saber quais são os problemas relevantes que a categoria deve resolver?

RICARDO F. MORETZSOHN

Independente de quaisquer que sejam as ações das direções das entidades representativas da categoria, acho que tem uma questão crucial que as entidades deverão enfrentar: qual é a participação do Estado em relação aos problemas dos psicólogos e da Psicologia?

Na época da ditadura militar, aconteceu não somente com os psicólogos como também com outras profissões uma forte tendência de privilegiamento dos setores privatistas pelo governo militar. Assim, criaram-se escolas e mais escolas de Psicologia, pois elas se tornaram um negócio fácil, com custo baratíssimo e muito rentoso. O governo militar foi responsável pelo aumento indiscriminado de faculdades particulares. Hoje os psicólogos são o quinto maior contingente profissional formado a cada ano; em relação ao número de escolas é o 15º lugar. Esses números indicam que cada Faculdade de Psicologia particular forma um número absurdamente elevado de profissionais. Essa é uma questão que está engasgada na garganta de quase todos os psicólogos. A briga da categoria é contra o Estado.

A questão é crucial porque o Estado tentou artificializar toda uma demanda e todo um mercado de trabalho. Não é à-toa que todo mundo quis ser psicólogo naquele período. Existia toda uma expectativa que foi criada artificialmente. No final das contas, isso significou um grande contingente de profissionais despreparados e até desqualificados, os quais não encontraram mais tarde mercado de trabalho que absorvesse a sua mão-de-obra, porque não existia esse mercado "prometido".

Na minha opinião, as entidades devem tentar enfrentar essa questão junto com a categoria. Uma luta comum e conjunta é apontar para uma saída, ou seja, é centrar força no sentido de que queremos vagas na rede pública e prestar serviços psicológicos à população. O Estado tem o dever de alocar verba para a questão da Saúde e da Educação. Assim, estaremos criando um mo-

Quando se tem duas entidades representativas, no final das contas, são diferentes ou? O CRP-06 pensa que, a nível de natureza p... No entanto, tais diferenças nem sempre ficam inclusive Conselheiros e Sindicalistas. Em com os seguintes participantes: Yvonne A. G. te do C.F.P; Marcos Ribeiro Ferreira, da D Florianópolis; Ricardo F. Moretzsohn, Co Humberto Sivieri, presidente do Sindicato d Marlene Guirado, Conselheira-presidente d da Federação Nacional dos Psicólogos. Paí Guilhon Albuquerque, professor de Ciência

vimento significativo no interior da categoria, no sentido de aglutinar, de dar uma identidade e, uma possibilidade de rumo para ela. Esta é a função das entidades: Conselhos e Sindicatos. As direções destas precisam saber interpretar corretamente quais são as demandas básicas da nossa categoria. Assim, teremos entidades fortes e representativas. Caso contrário, da mesma forma que a categoria "cria" uma entidade, ela se "desfaz" dela, independente da sua natureza política. Até as discussões sobre o papel dos Conselhos e Sindicatos passam a ser secundárias.

MARLENE GUIRADO

Quero voltar a pensar qual é o caráter político das entidades representativas. Por duas razões. A primeira refere-se ao fato de os psicólogos perguntarem: por que existem duas entidades? Qual é a diferença entre elas? A segunda razão está relacionada ao meu contato com a Gestão Palavra Aberta I, quando começamos a constituir aquela chapa, em 1983. Fomos eleitos e uma das primeiras iniciativas foi começarmos a nos reunir com o Sindicato para ver o que poderíamos fazer conjuntamente, porque parecia ser uma proposta interessante. Em uma destas reuniões, discutíamos que o trabalho do Conselho seria diferenciado do Sindicato em termos políticos. Parecia que existia um bolo de trabalho político para ser desenvolvido com a categoria e esse bolo deveria ser repartido cuidadosamente por essas duas entidades. Aí chegamos a uma conclusão incrível. Aliviou a nossa tensão, mas não sei o que resolveu na prática. Ficou para mim essa frase de efeito: o Sindicato lida basicamente com questões trabalhistas e as relativas ao mercado de trabalho. Já o Conselho tem um trabalho que seria político por meio de questões teóricas, técnicas e éticas do exercício profissional.

Fazendo uma avaliação das últimas duas Gestões do Conselho, percebo que todas as nossas ações foram planejadas e conduzidas no sentido de serem ocasiões de reunir psicólogos para aprofundar ideias ou debater a maneira pela qual o psicólogo representa ou concebe a sua relação com o cliente e com seu trabalho. Por exemplo, uma das discussões fundamentais do I CONPSIC, que o CRP-06 promoveu em novembro último, foi o psicodiagnóstico. Como os psicodiagnósticos são feitos? Eles revelam mesmo ou confirmam o que já estava mais ou menos previsto que confirmariam pela maneira como os testes foram padronizados ou propostos para serem avaliados?

Em princípio, é um movimento de ideias, mas julgamos que, ao se reunirem e discutirem seu trabalho, isso conduza a alguma reformulação em termos de conduta dos psicólogos no exercício profissional. Assim, acabamos lidando concretamente com o atendimento e o serviço prestado pelo psicólogo à população. Nesse sentido, tal intervenção dos Conselhos tem um alcance que não fica restrito ao trabalho do psicólogo e pode beneficiar os usuários de Psicologia. Quando digo que esta é uma dimensão do trabalho político dos Conselhos, não estou dizendo que ela é a única. Diria que é a predominante em função das ações adotadas pelas políticas das duas últimas gestões do CRP-06.

A pergunta deste debate pode ser entendida também em termos de questionar se as entidades encaminham as questões presentes na categoria. De alguma maneira, o Sindicato à sua moda e o Conselho à sua acabam tentando (pelo menos) encaminhá-las. É o que chamo de fazer

5

CENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS

DIREÇÃO: ERNESTO DUVIDOVICH
WALKIRIA D.P. ZANONI

PROGRAMAÇÃO DOS CICLOS 1989-91
formação para médicos, psicólogos

CORPO DOCENTE:

- Bernardo Gurbanov
- Ernesto Duvidovich
- Ighes M.V. Correa Dias
- Lia Ferreira Lima
- Luis Carlos do Carmo
- Ricardo Dittmar
- Walkiria del Picchia Zanoni

CICLOS (semestrais):

- I Fundamentos da Psicanálise
- II A formação do Sujeito
- III Quadros Clínicos I
- IV Quadros Clínicos II
- V A técnica Psicanalítica
- VI A Clínica Freudiana

ESTRATÉGIAS DE ENSINO

- Seminários teóricos
- Grupos operativos
- Reflexão clínica
- Supervisões
- Atendimento de pacientes

HORÁRIO 5ªs feiras de 18 à 21 Hs
INÍCIO Agosto 89

SELEÇÃO duas entrevistas
INSCRIÇÃO Junho e Julho
À RUA CARDOSO DE ALMEIRA 2277
TELEFONES 864-2330 e 263-4997

FREUD SUPER PROMOÇÃO — EM ATÉ 3 x



PORTUGUÊS
24 vols.
Ed. Imago

ESPAÑOL
3 vols.
Ed. Nueva

ARGENTINA
25 vols.
Ed. Amorrurtu

Informações e Pedidos pelos fones: R.J. (021) 266-4545 Bip 4695
/S.P. (011) 815-3344 Bip 4516. Obs: Deixe seu telefone ou endereço completo.

Atendemos qualquer estado/ Entrega a domicílio

CONFIRA!

RENATO/CIDA

INSTITUTO PIERON DE PSICOLOGIA APLICADA

PROGRAMAÇÃO ESPECIAL
JULHO — AGOSTO — SETEMBRO
RECURSOS HUMANOS

ANÁLISE DE POTENCIAL — PREPARAÇÃO DE ANALISTAS —
JULHO — 24 A 28, 31 E 1 A 3/08 (8 DIAS) — 19/22 HS. SETEMBRO
— 28, 29 E 30 — 8/18 HS (3 DIAS) — 8/18 HS.
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO — JULHO — 24 A 28 — 19/22
HS.
COMO ELABORAR PROGRAMAS DE TREINAMENTO — JULHO
— 3 A 6 E 10 A 13 — 19/22 HS.
CARGOS E SALÁRIOS PARA PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA
E HUMANAS — JULHO — 3 A 6 E 10 A 13 (8 DIAS) — 19/22 HS.
PREPARAÇÃO DE TÉCNICOS DE TREINAMENTO — JULHO —
24 A 28, 31 E 1 A 3/08 (8 DIAS) — 19/22 HS.
WARTEGG AVANÇADO — JULHO — 17 A 21 — 19/22 HS.
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES — ESTRATÉ-
GIA OPERATIVA — JULHO — 10 A 13 E 17 A 20 (8 DIAS) — 19/22
HS. SETEMBRO — 14, 15 E 16 — (3 DIAS) 8/18 HS.
MOTIVAÇÃO, DESEMPENHO E LIDERANÇA — JULHO — 8 E 9
— 8/18 HS. AGOSTO — 3 E 4 — 8/18 HS.
PLANO DE CARREIRA E SUCESSÃO — JULHO — 24 A 28 —
19/22 HS.
ZULLIGER AVANÇADO — JULHO — 10 A 14 — 19/22 HS.

DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL

HABILIDADES DE APRESENTAÇÃO — JULHO — 10-13, 17-20 —
19/22 HS.
HABILIDADES DE NEGOCIAÇÃO — JULHO — 10 A 14 — 19/22
HS.
MEDIÇÃO DE CONFLITOS — JULHO — 14 E 15 — 8/18 HS.
MOTIVAÇÃO, DESEMPENHO E LIDERANÇA — JULHO — 8 E 9
— 8/18 HS. AGOSTO — 3 E 4 — 8/18 HS.
PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS — JULHO — 3 A 7 — 19/22 HS.
AGOSTO — 18 E 19 — 8/18 HS.
PSICOLOGIA PARA ADMINISTRADORES — AGOSTO — 3, 4 E 5
— 8/18 HS.
PSICOLOGIA DE VENDAS — JULHO — 21 E 22 — 8/18 HS.
CLÍNICA
REVISÃO PSICANALÍTICA DA FEMINILIDADE — JULHO — 14 E
15 — 8/17:30 HS.

CURSOS REGULARES
SEGUNDO SEMESTRE DE 1989
INÍCIO SEMANA DE 7 A 11 DE AGOSTO
RECURSOS HUMANOS

AVALIAÇÃO DE CANDIDATOS E ELABORAÇÃO DE LAUDOS —
SEGUNDA 19/21 HS.
DINÂMICA DE GRUPO EM TREINAMENTO E DESENVOLVIMEN-
TO — TERÇA — 20/22 HS.
PREPARAÇÃO DE TÉCNICOS DE TREINAMENTO PARA O DE-
SENVOLVIMENTO DE MÉDIAS CHEFIAS E SUPERVISORES —
QUINTA — 20/22 HS.
PROVAS SITUACIONAIS E DINÂMICA DE GRUPO EM SELEÇÃO
— SEGUNDA — 19/21 HS.
TÉCNICAS DE ENTREVISTA EM RECURSOS HUMANOS —
QUARTA — 19/21 HS.

AVENIDA CONSELHEIRO RODRIGUES ALVES, Nº 563 — CEP 04014
TELEFONES: 549-7489 — 571-0835 — SÃO PAULO — SP

TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

H.T.P. (CASA — ÁRVORE — PESSOA) — QUINTA — 18/20 HS.
P.M.K. — PSICODIAGNÓSTICO MIO-CINÉTICO — QUARTA —
19:00/21:30 HS.
RORSCHACH — TEORIA E PRÁTICA — MÓDULO I — QUARTA
— 13/15 HS.
WARTEGG — BÁSICO — QUINTA — 19/21 HS.
ZULLIGER — BÁSICO — TERÇA — 19/21 HS.

DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL

ANÁLISE TRANSACIONAL — QUARTA — 20/22 HS.
CONSCIÊNCIA PELO MOVIMENTO — TERÇA — 20/22 HS.
PNL — PROGRAMAÇÃO NEURO-LINGÜÍSTICA — QUARTA —
20/22 HS.
PSICODRAMA — UMA FORMA DE TRABALHO COM GRUPOS
— QUARTA — 20/22 HS.

CLÍNICA E INSTITUIÇÃO

ABORDAGENS TERAPÉUTICAS NA ADOLESCÊNCIA — TERÇA
— 19:30/21:30 HS.
ANALISANDO O INCONSCIENTE ATRAVÉS DO BRINCAR —
SEXTA — 13:30/15:30 HS.
CICLO GRAVIDO PUERPERAL — TREINAMENTO DE ACOMPA-
NHANTES DE GESTANTES — SEGUNDA — 20/22 HS.
CLÍNICA PSICANALÍTICA DE CRIANÇAS — QUARTA —
18:30/20:30 HS.
GESTALT TERAPIA — QUARTA — 20/22 HS.
GRUPO DE ESTUDOS DE PSICANÁLISE — TERÇA — 8/10 HS.
INTERPRETAÇÃO DE SONHOS — ABORD. PSICANALÍTICA —
TERÇA — 14/16 HS.
JUNG — INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA ANALÍTICA — SEGUN-
DA — 20/22 HS.
LUDOTERAPIA — TERÇA — 8/10 HS.
O CORPO NO ESPAÇO TERAPÊUTICO — ABORD. BIOENERGÉ-
TICA — QUARTA — 20/22 HS.
O PAPEL DO PSICÓLOGO NA INSTITUIÇÃO HOSPITALAR —
TERÇA — 19/21 HS.
PSICODIAGNÓSTICO INFANTIL — TERÇA — 8/10 HS.
PSICOTERAPIA BREVE — QUINTA — 18/20 HS.
PSICOTERAPIA EXISTENCIAL — QUINTA — 19/21 HS.
PSICOTERAPIA PSICANALÍTICA DE ADULTOS — SEGUNDA —
20/22 HS.
PSICOTERAPIA DE CASAL E FAMÍLIA — SEGUNDA — 13/15 HS.
TÉCNICAS BÁSICAS DE RELAXAMENTO — QUINTA — 20/22
HS.

EDUCAÇÃO

ENSINO E APRENDIZAGEM PELOS GRUPOS OPERATIVOS —
SEXTA — 14/17 HS.
ORIENTAÇÃO VOCACIONAL — SEXTA — 18:45/20:45 HS.
PSICOPEDAGOGIA TEORIA & PRÁTICA — TERÇA — 17/19 HS.
PSICOMOTRICIDADE — TERÇA — 8/10 HS.
PSICODIAGNÓSTICO PSICOPEDAGÓGICO — TERÇA — 9/11
HS.

Há mais de 30 anos contribuindo para com o desenvolvimento
da Psicologia e Ciências Humanas

Matrículas abertas

O PSICÓLOGO NA ORGANIZAÇÃO

1 ENCONTRO TEÓRICO/VIVENCIAL

DIAS: 21, 22 E 23 DE AGOSTO/89
DAS 08:00 ÀS 18:00 HORAS

Que reunirá durante três dias: Psicólogos e
Especialistas em Recursos Humanos, para,
juntos, promover uma nova visão para os anos
vindouros e dimensionar o papel central do
Psicólogo na Organização.

LOCAL: Centro de Convenções Rebouças
Av. Rebouças, 600 - S. Paulo - SP



Informações e Inscrições:

Através do Telefone:

(011) 215-3268

(PARTICIPAÇÃO LIMITADA)

LUDOTERAPIA

Caixa de Ludo completa
Caixa de Ludo vazia
Somente o material interno
TEL: (011) 275-6211

2 ENCONTRO DE TÉCNICAS CORPORAIS EM PSICOTERAPIA

Data: 03/Julho a 01/Agosto/89
2ªs e 3ªs Feiras
das 19 às 22:30 hs

Local: Rua Mesquita, 789 - Aclimação/SP

O evento constará de 10 (Dez) módulos
teóricos/vivenciais objetivando a impor-
tância das técnicas corporais como ele-
mento chave dos conteúdos emocionais.

Programas e Inscrições:

Tel. (011) 215-3268

Certificados aos participantes com fre-
quência total aos módulos.

(PARTICIPAÇÃO LIMITADA)

CURSOS DE FÉRIAS (JUNG)

pela Analista BERNARDETE PA-
CHECO

I — SONHO

MITOLOGIA — ARTES

Noções fundamentais sobre o em-
prego e os recursos destes no de-
senvolvimento psicoterapêutico.
Relatos, interpretação e trabalho
prático com música, pintura e mo-
delagens.
05, 06 e 07 / JULHO ÀS 20:00 HRS.
ou 01, 08 e 15 / JULHO ÀS 10:30
HRS.

II — QUAL É O

PROBLEMA COM A MÃE

Uma leitura simbólica que amplifica
os conceitos clássicos deste "pilar"
das neuroses, desde os "filhos da
mãe" até a Grande Mãe Arquetípica
— da Bruxa à Mãe Amadora.
12, 13 e 14 / JULHO ÀS 20:00 HRS.
ou 01, 08 e 15 / JULHO ÀS 14:30
HRS.

INFORMAÇÕES: 572-6950, RUA
DEPUTADO JOAQUIM LIBÂNIO,
237, METRÔ STA. CRUZ.

As incidências clínicas do narcisismo

Carlos R. Aricó

Resenha

"Conheço o meu destino. Sei que algum dia o meu nome se aliará, em recordação, a algo de terrível, a uma crise como nunca ocorreu, à mais tremenda colisão de consciência, a uma sentença definitiva, pronunciada contra tudo aquilo que se acreditava, exigia e santificava até então". (...) "O meu destino exige que eu seja o primeiro homem honesto, que eu me sinta em oposição às mentiras de vários milênios... Sozinho, fui eu o descobridor da verdade, porque fui o primeiro a sentir como tal a mentira..."

Esse texto é de Nietzsche, extraído de *Ecce Homo*, poucos meses antes de o filósofo enlouquecer vagando pelas ruas de Turim, indiferente e solitário em seu mundo de sombras. De modo trágico, percebe-se a articulação dos narcisismos de vida e de morte como protagonistas do Eu psicótico. O fracasso do ser psíquico, como se sabe, muitas vezes relaciona-se com o narcisismo que procura anular o Outro e produz na clínica psicanalítica as resistências que dificultam ou mesmo inviabilizam a análise do Eu.

Freud utiliza o termo narcisismo criado por Näcké para descrever um comportamento perverso associado com o mito de Narciso, comportamento esse que foi observado pela primeira vez no campo da Psicopatologia por Ellis.

Na obra freudiana, o narcisismo situa-se entre as pulsões de auto-conservação e as pulsões de morte. Cronologicamente, ocupa o centro do saber psicanalítico desde sua origem até o final da Metapsicologia, mas progressivamente ele coloca ênfase nas pulsões de morte e o narcisismo passa a ocupar um segundo plano. É fundamental resgatar-se a importância do narcisismo. A teoria do conhecimento, ao estudar os objetos naturais passivos de exame científico, opera nos limites da certeza. Ao examinar os objetos humanos fracassa através do narcisismo que produz resistência ativa como obstáculo epistemológico quase intransponível.

Através deste livro, (*Narcisismo de vida e morte*, Editora Escuta), indispensável para os psicanalistas, André Green procura descrever as complexas articulações da pulsão de morte com o narcisismo. Influenciado por Lacan, Winnicott e Bion, o autor estuda com profundidade as vicissitudes trágicas do narcisismo negativo. Levando em conta a clínica, único lugar do ato psicanalítico, percebe e avalia de modo notável as relações entre estruturas narcisistas e transferências narcisistas. Deixa claro que a problemática geral das relações do Eu com a libido erótica e destrutiva só pode ser pensada no âmbito das relações objetais.

Em *Narcisismo de vida e morte*, observa-se o conceito de narcisismo associado aos fatos clínicos, tais como: a homossexualidade consciente ou inconsciente, o ódio do outro ou de si próprio, a depressão, a neurose de caráter e a patologia psicossomática. Sabe-se que alguns homossexuais buscam narcisicamente parceiros do mesmo sexo como se fossem suas próprias imagens projetadas no espelho; buscam na realidade uma forma idêntica a eles mesmos (homomorfismo). Nos quadros depressivos, percebe-se o indivíduo tomado pelo narcisismo negativo: ele não é apenas uma pessoa má e que, portanto, merece castigo; ele é a pior pessoa do universo nessa espécie de megalomania às avessas. Nas doenças psicossomáticas, observa-se

sempre um amor especial a certos órgãos do corpo que significa a ambivalência entre Eros e Tânatos. Nos caracteropatas, que sofrem ou fazem sofrer os outros, a estrutura narcisista cintila fulgurante. Green valoriza tanto a relação entre as estruturas narcisistas com as psicoses e casos-limite, como também o comportamento narcisista que existe sempre nas chamadas neuroses de transferência.

A partir do desejo que substitui a experiência de satisfação e induz a consciência de separação espacial com o objeto, o autor também analisa o narcisismo positivo: efeito da tentativa de neutralização do objeto, mas sabe-se que o Eu não pode substituir totalmente o objeto. Narciso se ilude ao fazer com a vida, ou com a morte, um casal perene. O positivo e o negativo da clínica só podem ser relacionados ao neutro, ou seja, privilegiado campo conceitual indiferente às paixões humanas.

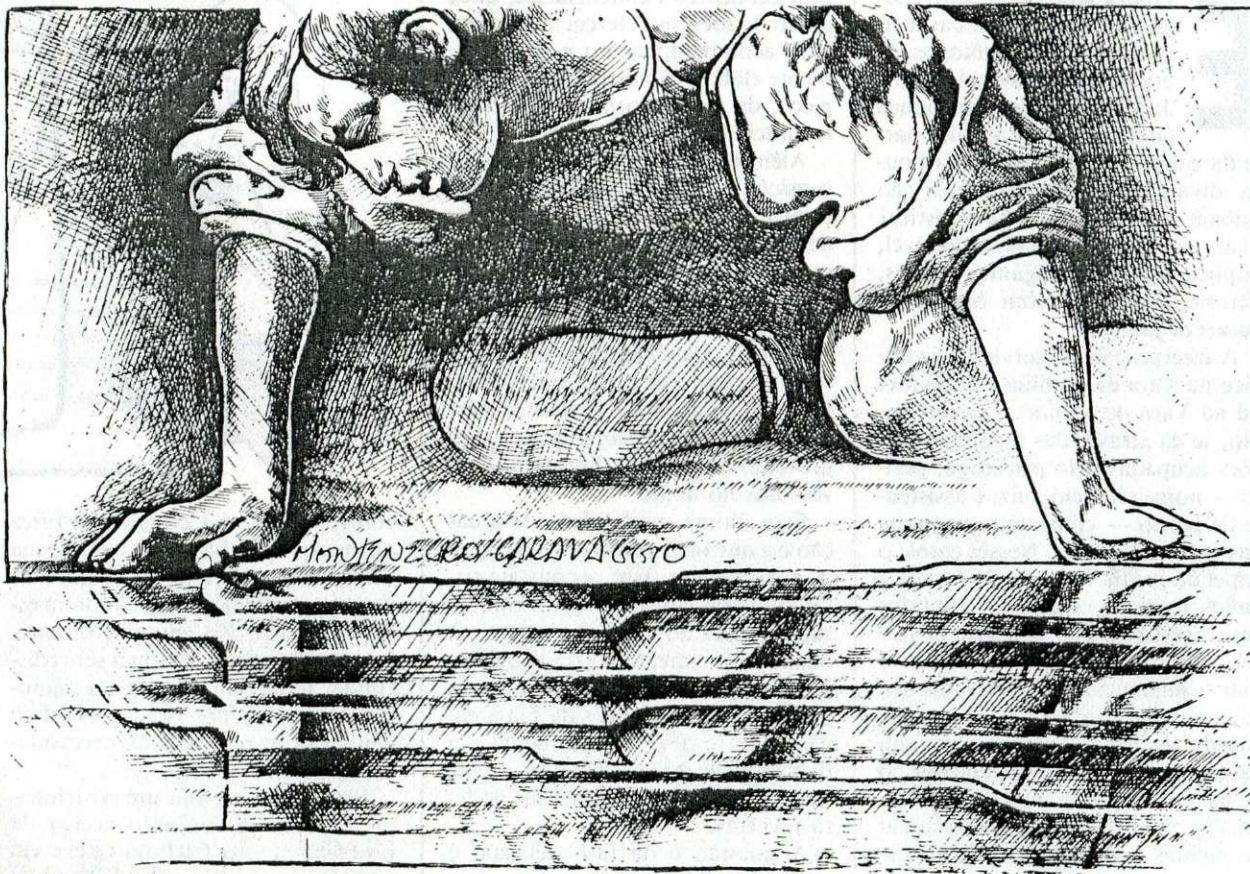
O narcisismo primário também merece uma abordagem especial no livro de Green, juntamente com a relação entre as estruturas narcisistas com a teoria da angústia. O narcisismo primário corresponde ao narcisismo da criança que elege a si própria como objeto de amor; difere do auto-erotismo onde se pressupõe uma fragmentação do corpo erógeno. Nesse estado hipotético da libido infantil (narcisismo primário como modelo conceitual), existe uma integração entre as diversas zonas erógenas e o sujeito é investido com onipotência. O narcisismo secundário, uma espécie de retorno ao primário, encontra-se na clínica, nos chamados estados esquizofrênicos, bem como em outros estados psicóticos. Todos esses estados regressivos comprometem o juízo da realidade. O enorme temor à castração fabrica as estruturas mais psicóticas, evidentemente mais narcisistas também.

O masoquismo moral que, segundo Freud, constitui-se em um dos mais importantes obstáculos à cura e, portanto, ao êxito psicanalítico não escapa da atenção de Green. O neutro correlacionado com a bissexualidade humana se

estuda no contexto do narcisismo primário. Na clínica, a transferência pode revelar o chamado complexo da mãe morta e suas insólitas consequências. Esse complexo surge na transferência como repetição de uma depressão infantil que se dá em presença de uma mãe deprimida. Assim, ocorre uma relação objetal envolvida em luto, uma vez que a criança fica definitivamente marcada pela tristeza da mãe. Nesse contexto, o Édipo será mal estruturado através da conjugação desastrosa de três fatores anti-eróticos: o ódio, a homossexualidade e o narcisismo.

O interessante livro de Green termina como a história de Narciso e a de cada um de nós: com a morte. Discute a obra de Freud, *Para além do princípio do prazer*, junto com as possibilidades de representação psíquica da morte, como mulher, como castração definitiva. O soma certamente morre, mas sobrevive uma esperança narcísica de imortalidade.

Carlos R. Aricó é psicanalista, autor de *Estudos sobre Psicanálise: Epistemologia e Política, Reflexões sobre loucura*.



I CONGRESSO UNIFICADO DE PSICÓLOGOS

Participe da Assembléia Regional Preparatória!

No dia 19 de agosto próximo, o Conselho Regional de Psicologia-6.^a Região e o Sindicato dos Psicólogos no E.S.P. realizarão a Assembléia Regional Preparatória do I Congresso Nacional Unificado de Psicólogos. Essa Assembléia tem como principal objetivo escolher os delegados que nos representarão durante o evento nacional, que decidirá sobre questões fundamentais da categoria. Estas questões serão levadas pelos delegados através de teses que são propostas de ação e de regulamentação, feitas por psicólogos ou entidades representativas. Diversas teses estarão à disposição dos colegas nas delegacias e nas sedes do CRP-06 e do Sindicato, a partir de 7 de julho. Entre os temas destas teses, constam: Saúde; Educação; Transformação do Conselho em Ordem; Mercado e condições de trabalho; Formação e atuação profissio-

nal; Ética profissional; Supervisão; Estrutura sindical; Legislação sobre a regulamentação da profissão.

O regimento interno do Congresso estabeleceu, a partir do critério da proporcionalidade de número de inscritos por Estado, o total de 38 delegados para a 6.^a Região. No entanto, para ocuparmos todas as representações a que temos direito, precisaremos reunir no mínimo 124 psicólogos na Assembléia Preparatória. Se o quorum fixado não for alcançado, o número de representantes diminui bastante. Assim, a representatividade (maior ou menor) da nossa Região no Congresso depende diretamente da sua participação. Organize-se! Reúna os colegas e compareça no dia 19 de agosto, às 14 horas, no Instituto Sedes Sapientiae, Rua Ministro Godói, 1.484, São Paulo.

O juiz me pediu um laudo. O que faço?

Embora seja legalmente reconhecida como uma das atribuições dos psicólogos, a atuação profissional junto à Justiça é ainda bem pouca conhecida para a maior parte da categoria. Em função da pouca divulgação, talvez muitos não saibam que essa área se constitui num campo de trabalho possível, implicando até, algumas vezes, vínculo contratual com órgãos de natureza judicial.

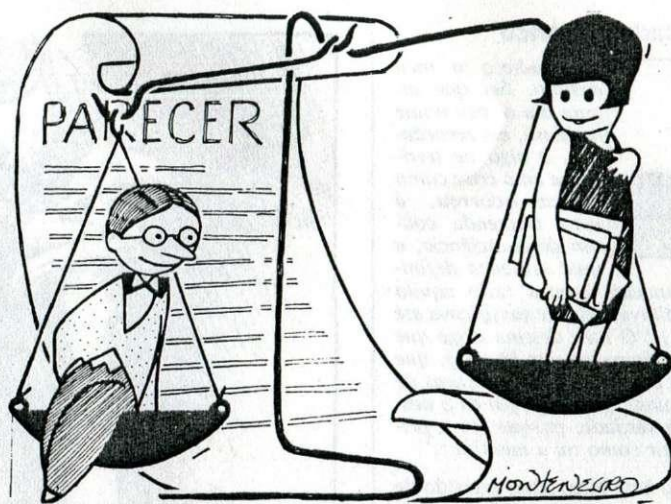
A intervenção do serviço psicológico na Vara da Família e Sucessões ou na Vara de Menores, por exemplo, se dá através das seguintes funções ocupadas pelo psicólogo: perito — nomeado pelo Juiz; e assistente de perito — contratado por uma das partes litigantes. Nesses casos, o papel do profissional é o de fornecer dados técnicos específicos (obtidos em entrevistas, em realização de psicodiagnósticos etc.), a fim de subsidiar o julgamento de processos litigiosos, tais como a disputa pela guarda de filhos menores, comum nas separações de casais. Outro tipo de ação (na mesma área) ocorre em relação às instituições, como aquelas ligadas à Coordenadoria dos Es-

tabelecimentos Penitenciários, onde as atividades se referem à orientação, acompanhamento e principalmente elaboração de laudos psicológicos, de acordo com as exigências institucionais.

Além das situações mencionadas, o psicólogo é ainda procurado para prestar seus serviços, independente de não ter vínculo empregatício com qualquer órgão da Justiça. Nessas ocasiões, normalmente solicita-se sua participação num processo judicial através da elaboração de um parecer técnico. Em geral, o pedido de intervenção acontece porque já existe uma relação psicoterapêutica do profissional com um dos sujeitos envolvidos no litígio.

Essa última modalidade de atuação é a que mais causa dúvidas entre os profissionais. Isso se constata pelas inúmeras consultas que a Comissão de Ética do Conselho vem recebendo ultimamente. O psicólogo ao ser procurado para contribuir com informações específicas da sua área, não sabe se deve ou não atender a demanda; e mesmo quando decide intervir, não sabe quais dados poderá fornecer.

A questão é de fato delicada e



controvertida. A Comissão de Ética afirma que até há algum tempo sua orientação era dada no sentido de proibir os psicólogos de emitirem esses pareceres. No entanto, recentemente tal posição passou a ser rediscutida, tendo em vista que a manutenção da ética prevista pelo Código nem sempre responde às necessidades sociais colocadas.

Então, para definir um posicionamento claro e conjunto acerca da problemática, o CRP-06 esteve em reunião com o Conselho Federal de Psicologia e os demais Conselhos Regionais, em abril último. A discussão foi rica e as conclusões levantadas na ocasião estão, atualmente, sendo avaliadas pelo Plenário dos Conselheiros da 6ª Região. Assim, em breve o assunto será retomado em matéria a ser publicada neste Jornal, contendo orientação precisa sobre como a categoria deverá agir diante desse tipo de solicitação.

O trabalho junto à Justiça coloca problemas também para os psicólogos que nela atuam como contratados. O Conselho já recebeu várias queixas por parte desses profissionais a respeito de sobreposição de

tarefas. Ou seja, eles reclamaram por ter de executar perícias, atendimentos, acompanhamentos etc., numa mesma instituição, por determinação de seus superiores. A Comissão de Ética entende, nesses casos, que a diversidade de atividades não acarreta em erro, desde que as diferentes tarefas não tenham como objeto o mesmo sujeito. Em outras palavras, não se admite, por exemplo, que um terapeuta que atende uma criança na instituição realize a perícia sobre a mesma.

Outro questionamento que se traz com frequência à Comissão de Ética se refere às falhas presentes nos conteúdos de laudo e parecer psicológico. Nesse aspecto, o que se nota são equívocos no procedimento da elaboração desses documentos, (como conclusões obtidas a partir de dados insuficientes) causados, na grande maioria, pelo nível de envolvimento do profissional com uma das partes implicadas no litígio. A parcialidade do psicólogo, justamente por não ser percebida pelo próprio, acaba interferindo e denunciando, assim, o uso inadequado das técnicas.

A regulamentação do estágio extra-curricular

O CRP-06 vem recebendo, por parte da categoria, várias consultas referentes a problemas que envolvem a questão dos estágios de aprendizagem em Psicologia. As dúvidas apresentadas, por serem muito frequentes, denotaram a necessidade de se esclarecer melhor a regulamentação já existente acerca do tema. Assim, atendendo tal demanda, a Assessora Jurídica do Conselho, Sylvia Helena Terra, emitiu parecer, interpretando o Título IV, Capítulo I, artigos 49 e 50 da Resolução CFP 004/86.

A mencionada Resolução veio a disciplinar o estágio de aprendizagem, entendendo-o como atividade de natureza didática praticada em duas modalidades: o estágio curricular — que se realiza sob a intervenção da instituição de ensino, sendo executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares; e o estágio extra-curricular — realizado a partir das necessidades do estudante, por opção pessoal, uma vez que tenha cumprido as disciplinas designadas como obrigatórias pela faculdade.

O parecer inicialmente explica que a delegação de funções ao estagiário como forma de treinamento e aprendizado deve ser feita por um psicólogo. Tal profissional fica, nessa condição, obrigado a verificar a capacitação técnica do estudante, supervisionando-o e sendo diretamente responsável pela aplicação adequada dos métodos e técnicas psicológicas, bem como o respeito à ética. Nestes termos, equivale dizer: a supervisão é obrigatória na realização do estágio, e ainda, o estudante não pode ter qualquer relação profissional com a atividade objeto do aprendizado.

Outra informação importante explicitada no documento diz respeito à obrigatoriedade do estágio de aprendizagem ser oferecido exclusivamente aos alunos regulares, matriculados num curso de Psicologia oficialmente reconhecido. Além disso, é exigido igualmente que o

estagiário esteja já no ciclo profissional e curse (ou tenha cursado) as disciplinas profissionalizantes que envolvam atividades práticas. Nesse aspecto cabe ressaltar que o ciclo profissional não compreende necessariamente o 5º ano, dirigido à formação do psicólogo. Ele é posterior à aprovação de todas as matérias do currículo mínimo para a obtenção de bacharelado e licenciatura.

Dessa forma, o estágio de aprendizagem realizado por profissional formado e/ou registrado no Conselho Regional não se caracteriza enquanto tal. Por isso, o supervisor, antes de aceitar sua tarefa, deve verificar se o estagiário preenche os requisitos citados acima, solicitando, para tanto, cópias de documentos comprobatórios emitidos pela instituição de ensino.

Estabelecidas essas condições essenciais, recomenda-se que o supervisor e o estagiário assinem um "termo de estágio", onde fique consignado quais as funções delegadas ao estudante e também em que circunstâncias se desenvolverá seu aprendizado. O estagiário deve apresentar relatório mensal ao seu supervisor, assinalando as atividades por ele realizadas.

Finalmente, é oportuno salientar que o estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, sendo que o estagiário poderá receber bolsa que venha a ser combinada. Ao supervisor, entretanto, é vetada a cobrança de qualquer quantia do estudante, a título de remuneração pela supervisão.

As inúmeras situações possíveis de ocorrer em relação a essa atividade não ficam, na verdade, completamente abordadas nas normas ora sintetizadas. Todavia, os casos que colocam problemas novos estão sendo constantemente discutidos pelo Plenário dos Conselheiros e depois de concluídos são anexados ao parecer original. Os interessados podem dispor de tais informações através de consultas ao CRP-06.



Anote

O Conselho Regional de Psicologia — 8ª Região realizará de 23 a 26 de agosto o III Encontro Paranaense de Psicologia, em Curitiba. Maiores informações podem ser obtidas pelo telefone (041) 233-3883 ou pelo endereço: Rua Presidente Taunay, 1.360, Curitiba, Paraná.

Encontra-se em fase de organização a Associação de Psicólogos do Vale do Paranapanema. Os colegas interessados em participar das reuniões poderão manter contato com Carmem (0143) 22-7003 ou com Eliana (0143) 22-2949.

XXII Congresso Interamericano de Psicologia acontecerá de 25 a 30 de junho próximo, em Buenos Aires. Maiores informações: tel. (011) 549-4024 ou 549-2013, com Sérgio, Gualberto ou Oscar.

"Instituições: a serviço de quem?" é o tema da II Jornada de Psicologia de Ourinhos, no dia 12 de agosto. Interessados devem falar com Carmem (0143) 22-7003 ou com Eliana (0143) 22-2949.

Congresso Latino-americano de Rorschach e técnicas projetivas acontecerá

em Buenos Aires, de 12 a 16 de julho. Informações com Eduardo Rocha, tel. (011) 282-8677.

Semana Clínica das psicoses ocorrerá de 28 de agosto a 1º de setembro na PUC-SP, Rua Monte Alegre, 984, auditório 333, São Paulo. Entrada franca.

A turma de 1979 da Fundação Educacional de Bauru, interessada na comemoração dos 10 anos de formatura, deve entrar em contato com Tatiana tel. (067) 383-3565, em Campo Grande, ou com Canéio tel. (0142) 23-7493, Bauru.

As próximas reuniões mensais na sede da Delegacia de Bauru, sempre às 9 horas, acontecerão nos dias 17 de junho e 15 de julho.

A equipe dos profissionais D'A Casa — Hospital Dia promoverá o 1º Encontro Paulista de Acompanhantes Terapêuticos nos dias 17 e 18 de junho próximo. Participarão do evento os debatedores: Gregório Barembliit e Jurandir Freire Costa. Inscrições e informações pelo telefone (011) 549-1223 ou à Rua Batista Cepelos, 204 — Aclimação, São Paulo.